

ATA DA 12ª REUNIÃO DO CONSELHO CONSULTIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Às quatorze horas e trinta minutos do dia dois de dezembro de mil novecentos e noventa e sete, na Sala dos Arquivos do Paço Imperial, no Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural – IPHAN – sob a presidência de Glauco Campello, Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Presentes os Conselheiros Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, Joaquim de Arruda Falcão Neto, José Ephim Mindlin, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Roberto Cavalcanti de Albuquerque – representantes da sociedade civil –, Carlos Alberto Cerqueira Lemos – representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – e Suzanna do Amaral Cruz Sampaio – representante do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios. Ausentes, por motivo justificado, os Conselheiros Francisco Iglésias, Gilberto Ferrez, Jaime Lerner, Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, Maria do Carmo de Mello Franco Nabuco, Max Justo Guedes – representantes da sociedade civil –, Janira Martins Costa – representante do Museu Nacional – e José Silva Quintas – representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Presidente, após agradecer a presença dos Conselheiros, leu a mensagem do Senhor Ministro de Estado da Cultura, Francisco Weffort, transcrita a seguir: “No conjunto das comemorações dos 60 anos de funcionamento do IPHAN, esta cerimônia talvez seja uma das mais modestas, uma brecha aberta em uma reunião de trabalho do Conselho Consultivo da instituição, criada em janeiro de 1937. Mas, ciente da importância do Conselho na estrutura do IPHAN, como espaço em que Estado e sociedade se reúnem para delinear os contornos do nosso patrimônio cultural, quero, apesar de impossibilitado de comparecer, iniciar com os senhores um

diálogo que tem como ponto de partida o papel estratégico que atribuo ao patrimônio histórico e artístico nacional na implementação de nossa política cultural. E os senhores são os nossos principais parceiros na tarefa de definir esse patrimônio. O patrimônio tombado é a parte mais visível da ação do Estado na área da cultura. Ao proteger legalmente um bem, nós o transformamos em 'documento de identidade da nação', como gostava de dizer Rodrigo Melo Franco de Andrade. No seu conjunto, esses bens formam uma imagem do Brasil, e produzem, sobre o solo do país, uma versão da nossa história e da nossa cultura. Cabe ao IPHAN identificar os marcos mais significativos de nossa trajetória como nação, e seu trabalho será tanto mais representativo de nossa pluralidade cultural quanto mais diversificado for esse patrimônio, contemplando não só nossas raízes luso-brasileiras, como as nossas origens indígenas, a presença africana e as inúmeras contribuições de outras etnias e culturas, presentes desde o início de nossa história. Judeus e muçulmanos, franceses e holandeses forjaram também, nos primeiros séculos de nossa existência, o que viria a ser a nação brasileira. A eles se juntaram mais recentemente italianos, alemães, japoneses, e um sem número de outros grupos de imigrantes que se integraram de tal maneira, que já não os vemos, nem eles se vêem, como 'outros', como 'estranhos'. Mas essa capacidade de integração, talvez um dos traços mais positivos de nosso processo histórico, não deve comprometer o reconhecimento do mosaico que somos, muito mais multifacetado que o triângulo das chamadas três raças formadoras. É preciso que todos os que compõem a nação brasileira possam se identificar com suas representações. Passando os olhos pelos Livros de Tombo, verifico que as inscrições estão longe de espelhar o universo cultural diversificado a que me referi. A julgar o Brasil por esse retrato, somos uma nação quase que exclusivamente branca, luso-brasileira, católica, em que mesmo nossas raízes indígenas e africanas praticamente não deixaram rastro. Sei que o IPHAN tem consciência dessas lacunas, e que há alguns anos vem se manifestando sobre

a necessidade de reconhecer como patrimônio também os testemunhos histórica e culturalmente significativos de outras de nossas heranças culturais. O seminário realizado em Fortaleza recentemente, no contexto das comemorações dos sessenta anos do IPHAN, foi um passo importante nesse sentido. Mas já é hora de essas intenções se traduzirem em ações visíveis para a sociedade, o que implica em usar tanto a rica experiência acumulada, como uma indispensável dose de criatividade e ousadia, para superar os obstáculos que porventura ainda existam para alcançarmos esse objetivo. Ao lançar esse desafio, não estou minimizando as dificuldades práticas que a instituição encontra no seu dia-a-dia para cumprir as suas funções, especialmente, no que diz respeito aos recursos financeiros e humanos hoje extremamente reduzidos para conservar, restaurar, apoiar e revitalizar os bens que estão sob sua responsabilidade. Sabemos que, atualmente, é fundamental que o patrimônio busque formas de auto-sustentação, cabendo ao Estado zelar pela preservação dos valores que são parte da riqueza da nação. Por esse motivo, o Ministério da Cultura tem procurado abrir novas fontes de financiamento para o patrimônio cultural brasileiro, tanto através dos projetos especiais que apoiamos com recursos próprios, como através de parcerias com agências externas, como é o caso do convênio que estamos firmando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, que vai propiciar a revitalização de áreas históricas em vários pontos do país, gerando benefícios econômicos e sociais para as cidades onde estão situadas. Mas essa é apenas uma das várias necessidades a serem atendidas. Tenho dito em inúmeras ocasiões que, no campo das políticas culturais, os parâmetros qualitativos são tão ou mais importantes que os aportes quantitativos, e considero que essa afirmação é particularmente verdadeira quando tocamos na delicada situação dos funcionários desta casa. Se, quando nos deparamos com os números, fica evidente que o IPHAN não tem excesso e sim carência de servidores, o quadro fica ainda mais grave quando lembramos que a formação desse pessoal deve incluir tanto cursos quanto a

experiência de trabalho dentro da instituição. É um serviço que devemos à sociedade, e que nos será cobrado pelas futuras gerações. A Constituição de 1988 delegou essa tarefa ao Estado em parceria com a sociedade, e os guardiães da lei nos tem cobrado, com toda justiça, o seu pleno cumprimento. Por esses motivos, o Ministério da Cultura está negociando junto ao Ministério da Administração e Reforma do Estado o reconhecimento das funções exercidas pelo IPHAN no âmbito das carreiras típicas de Estado, com um plano para ascensão funcional, remuneração justa, e condições de continuidade e estímulo a um trabalho árduo, ainda que altamente gratificante. Concluindo, lembro que a origem do IPHAN está ligada a um grupo que, liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, soube aliar tradição e vanguarda, traço que Aloísio Magalhães procurou recuperar décadas mais tarde, ao retomar o anteprojeto de Mário de Andrade. Essa característica estava presente não apenas na concepção de patrimônio, mas também na de uma política pública voltada para a proteção do que hoje a linguagem jurídica denomina de interesses difusos, que são valores que pertencem à coletividade, inapropriáveis individualmente. O instituto do tombamento foi um dos instrumentos pioneiros no reconhecimento da função social da propriedade, e a criação deste Conselho significou a abertura, dentro de uma instituição estatal, de um espaço onde Estado e sociedade se reúnem para a tomada de decisões. Hoje, esses procedimentos já estão disseminados, mas eram pouquíssimo usuais nos anos trinta, quando foram instaurados no SPHAN. É, portanto, inspirado nas melhores tradições desta casa que enfatizo o meu empenho em colaborar para esse 'aggiornamento' de idéias e de critérios, de instrumentos e de realizações, com a vantagem de que somos hoje muito mais a nos interessarmos pelo tema da patrimônio, e a reconhecermos sua importância para a consolidação de nossa democracia. Brasília 2 de dezembro de 1997." Concluída a leitura, o Presidente apresentou as boas-vindas ao Conselheiro Joaquim Falcão, referindo-se ao seu interesse pelas questões de preservação e à

sua permanente inquietação intelectual, dos quais espera receber contribuições de ordem prática e reflexiva. Em seguida, passou a palavra ao Conselheiro Modesto Carvalhosa para que pronunciasse a sua **Saudação pelos 60 anos do IPHAN**, transcrita a seguir: “Senhor Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, senhores Conselheiros, dirigentes, funcionários e servidores do IPHAN, meus senhores e minhas senhoras. Ao ensejo das comemorações desta significativa efeméride – os 60 anos da ininterrupta contribuição do IPHAN ao patrimônio cultural brasileiro – invoco a visão antropológica de Levy-Strauss coincidente com aquela de Mário de Andrade, no sentido que a preservação dos bens culturais origina-se do sentimento profundo da permanência. Assim se expressa o grande amigo do Brasil, Levy-Strauss, ao relembrar São Paulo: eu evocava antes aquele aperto no coração que sentimos quando, ao relembrar ou rever certos lugares, somos penetrados pela evidência de que não há nada no mundo de permanente nem de estável em que possamos nos apoiar. Neste sentimento de permanência encontramos, com efeito, a razão do nosso trabalho de resgate da memória cultural. Não se resgata porque se conhece, mas porque a paisagem antrópica ou natural que cerca a nossa vida deve permanecer conosco, seja porque sempre a vimos com nossos olhos, seja porque a vemos com os olhos dos que nos antecederam nessa contínua emoção. Esse impulso de permanência domina toda a nossa existência. As milhares de pessoas que passavam pelo palácio Monroe experimentavam esse sentimento de permanência que aquele referencial, de duvidoso gosto estético, propiciava. Integrava ele o mundo interior dos passantes que o incluíam em seu ritual urbano, repetido todos os dias. O monstrengo não era um exemplar condenável do *Beaux Arts*. Era um marco do sentimento do homem permanecer no tempo através do espaço do seu convívio. Supria, pela sua implantação profundamente simbólica, o nosso ancestral sentimento de permanência. Essa a missão do IPHAN: interpretar e proteger os bens culturais estimados pelo povo. Não é por outra razão que o sodalício promoveu a inserção na Carta de 1988,

mercê do esforço da Comissão Especial que, em 1987, subsidiou o Congresso Constituinte, dos modernos conceitos de proteção do patrimônio cultural. Retomou o IPHAN, por força dos princípios que acabaram sendo acolhidos pelo art. 216 da Constituição, de que o bem cultural deve ser enfocado tanto sob o aspecto patrimonial – como o da ação cultural – modos de criar, fazer e viver. Nestes 10 anos que nos separam do cinquentenário do IPHAN, houve, assim, um grande avanço em nossa visão sobre o patrimônio cultural a ser protegido. A proteção do nosso acervo cultural, deve ser estendida, por mandamento constitucional, aos instrumentos de identificação e preservação dos bens referenciais (patrimoniais e de fazer). Embora exista, ainda, uma ênfase no instituto do tombamento – instrumento consagrado por força do amplo acolhimento social e jurídico da lei que criou o serviço do patrimônio histórico – Decreto-lei nº 25, de 1937 –, cabe ao IPHAN assegurar outros meios capazes de identificar e de preservar os bens culturais da nacionalidade, de forma a ampará-los, não apenas na sua consagração – através do tombamento – mas na sua germinação, indo além dos requisitos de excepcionalidade e de monumentalidade. E, a fonte de germinação desses bens culturais, em formação ou em identificação, encontra-se sobretudo nos espaços urbanos onde, pelo conviver, criam-se os símbolos e as manifestações culturalmente relevantes. É nessa dinâmica que se forma a memória cultural: pelo amor aos espaços constituídos que permitem a continuidade do fazer, do conviver, do reunir-se, do festejar, do celebrar, do reverenciar. Acrescenta-se à missão do IPHAN, neste decênio, dar consistência à política cultural inserida na Constituição, no sentido de estabelecer critérios de **inventariação** dos marcos da memória urbana que sejam assim entendidos e reivindicados pela sua população. Ainda que não tenha a inventariação a força de submeter os bens inventariados ao regime da servidão pública, como ocorre com o tombamento, dela resulta a permanente mobilização na defesa do bem comunitariamente estimado e a manutenção do seu uso

cultural. A inventariação poderá complementar os efeitos administrativos do tombamento, como medida de proteção de nosso patrimônio cultural. A par dessa missão institucional que cabe ao IPHAN agora implementar, deve-se refletir sobre os diferentes contextos em que tal esforço se desenvolveu e deverá prosseguir. Podemos dividir a nossa saga em três fases: A primeira foi a do **abandono**. Rodrigo e seus dedicados colaboradores resgatam, notadamente, os patrimônios barrocos do século dezoito, em meio à rarefação populacional e à decadência dos sítios que os acolhem. Não fosse essa escolha do partido artístico e arquitetônico que se fez na época, poder-se-ia dizer que o mais importante da arte brasileira teria sido perdida. Não há porque criticar, naqueles anos heróicos, um viés de elitismo. A seletividade dos monumentos históricos tombados na primeira fase da obra de Rodrigo seguiram, ao mesmo tempo, uma coerência e uma urgência a que o Brasil deve hoje os frutos desse resgate exemplar dos nossos bens culturais mais preciosos. Seguiu-se a fase do galopante adensamento urbano dos anos 50 e seguintes, que levaram a uma devastadora **especulação imobiliária**, que não apenas ameaçou, como efetivamente destruiu marcos fundamentais em pedra e cal e, conseqüentemente, frustrou o seu uso social, com irreparáveis danos à cultura brasileira. Já a terceira fase – a atual – é a da **miséria urbana**, que dramaticamente se acrescenta à especulação imobiliária. As cidades brasileiras, grandes e médias, e até os pequenos núcleos urbanos estão invadidos pelas favelas que se alastram no entorno dos marcos mais significativos de nosso patrimônio cultural. Herança da **miséria moral** das classes que dominam este país, os pobres e miseráveis implantam uma favela ao pé da Capela do Padre Faria em Ouro Preto. Os casebres e os barracos se espalham caoticamente pelas encostas daquele monumento histórico da humanidade. O mesmo se diga das encostas de Mariana. O adensamento urbano agora não mais se faz somente pela especulação, mas pela invasão, em meio a uma pobreza criada por um país que, cada vez mais, perde a sua homogeneidade social e cultural. Acrescente-se a esse

desafio, cuja solução foge ao nosso controle como entidade, aquele dos prefeitos que simplesmente desconhecem, ou se colocam frontalmente contra a preservação do patrimônio cultural. Muitas cidades históricas são vítimas cíclicas desses prefeitos. A uma gestão extraordinária de nosso ilustre Conselheiro Angelo Oswaldo à frente da prefeitura de Ouro Preto (1993-1996) se antecede e se sucedem gestões que não reconhecem a importância mundial do mais precioso monumento cultural do país. Vive assim o IPHAN neste período de sua heróica existência – ou melhor, resistência –, a par com esses três fenômenos devastadores: a crônica especulação imobiliária, a aguda miséria da maioria das populações urbanas e a ativa ignorância de alguns políticos cuja atuação e gestão afetam direta e indiretamente os monumentos históricos e artísticos do país. E, é dentro desse quadro que devemos procurar perspectivas para a luta contínua e persistente do IPHAN. Sem nenhum pessimismo, porque a instituição sempre trabalhou em meio a circunstâncias sociais e políticas difíceis. Há que se acrescentar que a missão do IPHAN se insere em um mundo dominado pela **ideologia neoliberal**, que tem como missão despir o Estado de suas funções fundamentais em todos os campos, inclusive o cultural, para atribuí-lo ao setor privado. Não estamos falando de teoria, mas de prática política. Em recente Congresso, ainda este ano, realizado no Uruguai, sob a ênfase da preservação dos bens naturais, foi explicitamente propugnado que os institutos de proteção do Estado não devem mais prevalecer, deixando à própria sociedade, espontaneamente, resolver os conflitos nesse setor. A tendência não é apenas de privatizar o patrimônio cultural e natural, mas de despir o Estado das funções de identificá-lo, declará-lo, resgatá-lo, restaurá-lo, preservá-lo, e fiscalizá-lo. Há que denunciar e combater esta ideologia de um Estado apenas encarregado da moeda e da cobrança cada vez maior de impostos. Cabe, portanto, ao IPHAN voltar-se para a tarefa de permanente inconformismo, que não se dirige a este ou àquele governo, mas à própria concepção do governo neoliberal, que tem criado

devastações no seio das sociedades em todo o mundo, ao negar o princípio que o Estado democrático é meio de realização do bem comum. Por outro lado e como já referido, deve o IPHAN estar atento para os sentimentos da população com respeito a seus bens culturais e aos seus referenciais urbanos. Não se deve ter uma visão elitista, ou negativa do papel do povo na luta pela preservação do seu patrimônio histórico. Sempre se pode contar com a cidadania. E não é de hoje. A Revista do Patrimônio nº 10 de 1946 nos dá notícia dessa mobilização espontânea de resistência à destruição do patrimônio cultural. Noronha Santos, em seu precioso estudo sobre a saga das fontes e chafarizes do Rio de Janeiro, contando a história do chafariz da Rua Riachuelo, menciona um incidente ocorrido em 1852: Certa vez, um capitalista resolveu edificar uma casa assobradada por trás do aludido chafariz, [...] mas quando pretendeu demoli-lo para o seu bem pessoal [...] foi o diabo, teve que conversar com a justiça, que denegou o pedido de demolição, por ser um monumento público doado à polícia, que por sua vez o doou à cidade. E o ilustre historiógrafo nos relata, ainda, fato mais remoto, ocorrido em 1842, numa anterior tentativa de demolição desse marco urbano: opôs-se, formalmente, o engenheiro Costa Lima ao pedido do requerente, acrescentando em seu parecer: 'será um ato de pouco reconhecimento para com os nossos antepassados, a destruição de um monumento antigo sem, com isso, resultar utilidade pública'. Está aí evidenciado que o sentimento de permanência, inerente a todo ser humano, é anterior às leis, aos institutos, às Constituições ou a qualquer outra manifestação do Estado, que, não obstante, deve rigorosamente atender e amparar esse sentimento. E se há uma visão perversa da política que hoje domina o mundo, nós do IPHAN temos resistido a esse cinismo que infelicitiza os povos e compromete o seu destino. Somos um aparelho permanente do Estado dedicado à dádiva superior do homem que é a sua **referência cultural**. Nesse sentido, tem o IPHAN consciência e preocupação quanto à vocação dos bens culturais, por isso propugna que a utilização intensiva desses bens, mediante o acesso permanente do público, constitui a melhor política para a sua preservação física e econômica

como, de resto, vem-se fazendo nos demais países. Essa visão é da maior relevância, devendo ser largamente implementada através de manuais e cartilhas que alcancem os titulares dos bens tombados e as comunidades onde os mesmos se inserem. Na implementação dessa política e nas demais, de transcendência para a instituição, será valiosa a contribuição do Conselho Consultivo, pela larga vivência dos seus membros no seio da entidade. Há, neste passo, e como conclusão, que homenagear os Conselheiros que, ao longo dos sessenta anos da instituição, contribuíram *pro honorem* e com enorme entusiasmo, para a criação e a já longa vida do IPHAN. São nomes ilustres, os que serão mencionados. Formam uma grei com respeitabilíssima bagagem e meritório serviço à causa da cultura. Sob as presidências sucessivas de Rodrigo Melo Franco de Andrade, Renato Soeiro, Aloísio Magalhães, Marcos Vilaça, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Oswaldo José de Campos Melo, Augusto Carlos da Silva Telles, Italo Campofiorito, Francisco Manoel de Mello Franco, Jayme Zettel e Glauco Campello, prestaram e prestam serviços os seguintes conselheiros: Afonso Arinos de Mello Franco, Alberto Childe, Augusto José Marques Júnior, Carlos de Azevedo Leão, Edgard Roquete Pinto, Francisco Marques dos Santos, Gustavo Barroso, Heloísa Alberto Torres, José Otávio Corrêa Lima, Manuel Bandeira, Osvaldo Teixeira, Raimundo Lopes, Rodolfo Gonçalves Siqueira, Lúcio Costa, Alcindo Azevedo Sodré, Myran de Barros Latif, Pedro Calmon, Américo Jacobina Lacombe, Alfredo Galvão, Gilberto Ferrez, José Cândido de Mello Carvalho, José Soares de Melo, Josué Montelo, Paulo Ferreira Santos, Thiers Martins Moreira, Manuel Constantino Gomes Ribeiro, Antônio Joaquim de Almeida, Luiz de Castro Faria, Nair Moraes de Carvalho, José Lacerda de Araújo Feio, Léo da Fonseca e Silva, Cyro Illidio Correa de Oliveira Lira, Edson Motta, Fernando Bueno Guimarães, Gerardo Britto Raposo da Câmara, Lourenço Luiz Lacombe, Luiz Emídio de Mello Filho, Max Justo Guedes, Vicente Salles, José Mindlin, Alcídio Mafra de Souza, Eduardo Kneese de Mello, José Henrique

Milan, Francisco Iglésias, Gilberto Velho, Maria da Conceição Beltrão, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Leda Dau, Solange Godoy, Modesto Souza Barros Carvalhosa, Arnaldo Campos dos Santos Coelho, Bráulio Ferreira de Souza Dias, Carlos Alberto Cerqueira Lemos, Dalmo Vieira Filho, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Fernanda Colagrossi, Germano de Vasconcellos Coelho, Italo Campofiorito, Jaime Lerner, Maria do Carmo Nabuco, Maurício Roberto, José Silva Quintas, Janira Martins Costa, Suzanna Sampaio, Augusto Carlos da Silva Telles e Joaquim de Arruda Falcão Netto. Com muitos deles convivi e convivo, não resistindo ao sentimento de lembrar, com enorme saudade, de Américo Jacobina Lacombe, Lourenço Lacombe e Eduardo Kneese de Mello. Dentre aqueles que estão entre nós, as figuras extraordinárias de Gilberto Ferrez, Max Justo Guedes, José Mindlin, Alcídio Mafra de Souza, Francisco Iglésias, Maria da Conceição Beltrão, Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Angelo Oswaldo de Araújo Santos, Italo Campofiorito, Maria do Carmo Nabuco, Augusto da Silva Telles. Agradeço a oportunidade de ter podido com eles aprender e deles admirar o caráter, o saber e o empenho à causa da cultura. Constitui essa longa e ilustre galeria um desafio para continuarmos enfrentando as contingências, dificuldades, resistências, insensibilidades e incompreensões tão graves. Todos nós aqui presentes nesta solenidade também participamos das memoráveis festividades do cinquentenário do então IPHAN, e celebramos agora esta efeméride, que marca mais um lustro, em meio ao qual fomos até extintos, por decreto. Ressuscitamos condignamente e aqui estamos e aqui continuaremos. Os governos se sucedem e esta instituição permanece”. A seguir, o Presidente deu ciência aos presentes do recebimento de um cartão do Conselheiro Max Justo Guedes apresentando enfáticas desculpas pela sua ausência, decorrente de hospitalização temporária. Lembrou o Conselheiro Gilberto Ferrez, também ausente, recentemente condecorado pelo Presidente da República com a Ordem do Mérito Cultural. Mencionando os eventos comemorativos dos 60 anos da Instituição, destacou a

publicação da REVISTA DO PATRIMÔNIO Nº 26. **60 Anos: a Revista**.1997, belíssimo trabalho valorizado pela introdução crítica do Conselheiro Italo Campofiorito. Citou ainda o nº 25 da mesma *Revista*, dedicado à cultura afro-brasileira; o seminário realizado em Fortaleza sobre “Patrimônio Imaterial – Estratégias e Formas de Proteção”, organizado pela Coordenadora Regional da 4ª CR, Márcia Sant’Anna, e o **Dia das Portas Abertas**, dedicado à arte religiosa existente nas principais igrejas do Rio de Janeiro, evento promovido pela 6ª CR/IPHAN, sob a liderança do arquiteto Cyro Correa Lyra. Recordou a entrega do **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade** em cerimônia realizada no Centro Cultural Banco do Brasil, quando foram homenageados os Conselheiros Angelo Oswaldo de Araújo Santos e Augusto Carlos da Silva Telles, o arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade, o Dr. Irapoan Cavalcanti de Lyra, o Dr. Joaquim de Arruda Falcão Neto e o Ministro Marcos Vinícios Vilaça. Anunciou solenemente o início do inventário da obra de Oscar Niemeyer edificada no Brasil, a partir do exame dos critérios mais adequados à sua proteção, homenagem do IPHAN ao grande artista no seu nonagésimo aniversário. Sugeriu aos presentes uma visita às salas do Paço Imperial onde se encontrava a exposição “IPHAN: 60 Anos”, evocativa da história e das atividades da instituição. Participando o seu propósito de consagrar o ano de 1998 à comemoração do centenário do nascimento de Rodrigo Melo Franco de Andrade, passou a palavra ao Conselheiro Silva Telles pedindo o seu testemunho sobre o homenageado, transcrito a seguir: **“Rodrigo M. F. de Andrade e o Patrimônio Histórico - 60 anos.** Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização (Mário de Andrade). Aquilo que se denomina Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é o documento de identidade da nação brasileira. A subsistência desse patrimônio é que comprova, melhor do que qualquer outra coisa, nosso direito de propriedade sobre o território que habitamos (Rodrigo M. F. de Andrade). A preservação efetiva do patrimônio cultural no Brasil está completando 60 anos. O ato constitutivo do então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional foi a Lei nº 378 de 13 de janeiro de

1937, sendo Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema. Foi, igualmente, iniciativa do mesmo ministro, o pedido a Mario de Andrade da elaboração de um anteprojeto de legislação e de organização para um órgão de proteção (março de 1936). Criado o órgão, seu primeiro Diretor foi Rodrigo Melo Franco de Andrade que, desde logo, elaborou, a partir do texto de Mario, uma minuta de lei que foi encaminhada ao Congresso Nacional. Encontrava-se esta em discussão de redação final na Câmara quando, extinto o Legislativo pelo golpe de estado, foi sancionada pelo Presidente, como Decreto-Lei nº 25, em 30 de novembro de 1937. Desde moço, Rodrigo havia-se ligado, em Minas, como jornalista, ao movimento de renovação das artes e da cultura. Ao assumir o órgão de preservação dos bens culturais, convocou, para assessorá-lo e, juntamente com ele, definir a política preservacionista, arquitetos, literatos, artistas, que estavam na vanguarda do movimento de renovação da Cultura no Brasil: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, Carlos Drummond de Andrade, Afonso Arinos, Renato Soeiro, Alcides Rocha Miranda, Luiz Jardim, Paulo Thedim Barreto, José de Souza Reis, Joaquim Cardozo, Edson Motta, Augusto Meyer, Mario de Andrade, Luiz Saia, Godofredo Filho, Gilberto Freyre, Ulisses Freyre, Ayrton Carvalho, Sylvio de Vasconcellos, entre outros. Essa equipe que, com Rodrigo, arrolou o acervo cultural a ser tombado e definiu os princípios e a metodologia para o órgão de preservação, baseava-se, evidentemente, no que então se fazia no resto do mundo, especialmente na França e na Itália. Na Biblioteca Noronha Santos, encontramos dois livros básicos para o conhecimento do que se fazia nos demais países neste período: *La Conservation des Monuments d'Art et d'Histoire*, Paris, Institut de Coopération Intellectuel, 1933, e *La Restauration des Monuments Anciens*, do Professor Raymond Lemaire, Anvers, Sikkels, 1938. Ambos poderiam ter sido consultados na época da formulação da política no IPHAN. O primeiro transcreve as atas do Congresso de Atenas de 1931 e contém textos críticos das legislações francesa, italiana, inglesa, espanhola e polonesa,

além de artigos técnicos sobre aspectos relacionados à política preservacionista, como um estudo da ambiência dos acervos culturais (esta obra foi citada por Dr. Rodrigo, em entrevista de maio de 1936). O segundo é o texto do curso que o Professor Lemaire ministrava na Universidade de Louvain, Bélgica. Mas - fato único, ao que se saiba, no panorama mundial - aquela equipe formada por Rodrigo era constituída, como dissemos, pelos mesmos profissionais que renovavam as artes, a arquitetura e a cultura no Brasil. De modo geral, os renovadores da cultura, nos demais países, não se atinham às obras do passado, senão para pinçar alguns modelos excepcionais de obras-primas: Le Corbusier, por exemplo, propôs a demolição de parte considerável da margem direita do Sena - inclusive do Bairro do Marais - para o seu *Plan Voisin*. A par dessa equipe que assessorava a Direção do Patrimônio, Rodrigo convidou para auxiliá-lo, nas diferentes áreas do país, personalidades marcantes denominadas 'colaboradores', conhecedores dos acervos culturais de suas áreas: no Amazonas, Artur César Ferreira Reis; no Maranhão, Domingos Vieira Filho; em Pernambuco, José Antônio Gonsalves de Mello; em São Paulo, Affonso d'Escragnolle Taunay; no Paraná, David Carneiro; e, no Rio de Janeiro, Alberto Lamago Filho e Heloísa Alberto Torres. Uma das primeiras preocupações do órgão foi a pesquisa nos arquivos públicos e particulares: das antigas Câmaras, das dioceses, paróquias, irmandades e ordens terceiras, para um conhecimento científico básico da história das edificações e de seus artistas e artesãos. Para essa atividade, tiveram atuação preponderante: Carlos Ott e Marieta Alves, na Bahia; José Antonio Gonsalves de Mello, em Pernambuco; Noronha Santos e Nair Batista, no Rio de Janeiro; Dom Clemente da Silva Nigra, nos arquivos beneditinos e, em Minas Gerais, Salomão de Vasconcellos, Ayres da Matta Machado, Zoroastro Viana Passos, Cônego Raimundo Trindade, Monsenhor José Maria Fernandes e o sacristão da Igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, Manoel de Paiva. A edição de uma revista anual e de publicações foi empreendida desde o ano de 1937; revista e

publicações que visavam divulgar as pesquisas que se iniciavam assim como dar guarida a estudos dos mais sérios de uma extensa gama do panorama cultural brasileiro. Indicamos, a seguir, alguns dos títulos demonstrativos da modernidade e da abrangência das matérias editadas: à primeira publicação de 1937 - *Mocambos do Nordeste*, de autoria de Gilberto Freyre, se segue, em 1938, o *Guia de Ouro Preto*, de Manuel Bandeira; de 1940, *Arte Indígena da Amazônia*, de Heloísa Alberto Torres e, em 1945, o livro *Arraial do Tijuco - Cidade de Diamantina*, de Ayres da Matta Machado. A par destas publicações, a *Revista*, iniciada igualmente em 1937, apresentou artigos com a mesma abrangência e preocupação de atualização. Já no primeiro número (1937), o artigo agora clássico de Lúcio Costa, 'Documentação necessária' (1937); de 1938, 'O Piauí e sua arquitetura', de Paulo Thedim Barreto e, de 1939, 'Evolução do mobiliário brasileiro', de Lúcio Costa e 'Cerâmicas de Santarém', de Carlos Estevão. Além desses artigos que citamos, a *Revista* divulgava estudos e análises referentes ao acervo cultural brasileiro, fruto das pesquisas em arquivos e de levantamento de bens arquitetônicos. Os números da *Revista* e as publicações foram sendo editados anualmente, sempre sob a supervisão de Dr. Rodrigo. Houve períodos de espaçamento, quando os encargos técnico-administrativos e de política cultural se acumulavam ou cresciam excessivamente, quando medidas urgentes precisavam ser tomadas no sentido de maior atendimento, através de artigos e informações para problemas gerais ou tópicos. No final da década de 1940, por exemplo, Dr. Rodrigo se empenhou pessoalmente na obtenção de verba específica para a consolidação da arquitetura civil de Ouro Preto. Contou, na ocasião, com o auxílio político de seu primo Afonso Arinos, criando o 'movimento popular' em benefício desse núcleo histórico. Outro indicador significativo de modernidade da política brasileira de preservação foi o fato de, desde os primeiros anos (1937/38), serem tombados núcleos urbanos, em sua totalidade ou em parte considerável dos mesmos: são os casos de S. João Del Rei, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes,

Diamantina, entre outros. Essa forma de atuar era inovadora já que, até então, a política preservacionista visava monumentos maiores, isoladamente; na França, por exemplo, em que a política de preservação datava de meados do século passado, a primeira lei a se referir a conjuntos é de 1930, e a Carta de Veneza (1964) foi o primeiro documento internacional em que os conjuntos urbanos e rurais foram citados como objetos de preservação. Rodrigo M. F. de Andrade, Diretor do Patrimônio por trinta anos, até sua aposentadoria em 1967 (nascido em Belo Horizonte em 17 de agosto de 1898, faria 100 anos no ano próximo), imprimiu ao órgão federal de preservação características próprias, de seriedade e eficiência, a despeito dos poucos profissionais e dos escassos recursos financeiros com que sempre contou. Homem de cultura invulgar, relacionou-se com as elites culturais brasileira e internacional. Seus contactos com pesquisadores dos mais diferentes países propiciaram a edição de artigos e livros sobre as artes do Brasil; da mesma forma, o intercâmbio com a UNESCO, o ICCROM, o ICOM, o ICOMOS e a OEA facilitou a troca de experiências entre o Brasil e os técnicos de diferentes países. Dedicou Rodrigo toda sua vida a um objetivo cultural - o da pesquisa, inventário, preservação, restauração e divulgação do acervo cultural brasileiro - feito sem alarde, modestamente, trabalho diuturno; era exigente ao máximo consigo mesmo e compreensivo com os desfalecimentos de seus colaboradores, porém ativo e enérgico com os dilapidadores do acervo cultural, fossem eles dirigentes de órgãos públicos ou participantes de especulação imobiliária. A essa dedicação permanente, sem esperar compensações ou reconhecimento, Gilberto Freyre denominou 'rodrigismo' e Lúcio Costa chamou de 'a lição de Rodrigo', acrescentando que seu lema seria 'fazer o melhor possível o que lhe competia': a preservação e a revitalização do acervo cultural brasileiro. Aposentando-se em 1967, indicou, para a Direção do Patrimônio, seu auxiliar imediato, o arquiteto Renato Soeiro que, por doze anos, deu seguimento à política que imprimira ao órgão. Neste

período, deve-se destacar a organização de reuniões, com o apoio do então Ministro Jarbas Passarinho, em Brasília (1970) e em Salvador (1971), com a convocação dos Governadores, Prefeitos de cidades históricas e dirigentes de instituições federais e estaduais, de alguma forma relacionadas com a política de preservação. Dessas reuniões, resultou a criação de órgãos estaduais e municipais voltados para o mesmo objetivo, a partir da proposição de que a política de preservação é um dever de todos os brasileiros. Constituíram igualmente o ponto de inspiração para a criação do Programa de Cidades Históricas, pela Secretaria de Planejamento (quando o ministro do Planejamento, Reis Velloso, tinha visão ampla nacional e não pensava o Brasil somente em números). Programa esse que, contando com verbas muito mais consistentes, e com a parceria das administrações estaduais, municipais e de instituições privadas, foi responsável por atividades de preservação dos acervos culturais do país, em escala mais extensa. Em 1979, Soeiro foi substituído, na direção do Patrimônio, por Aloisio Magalhães. Personalidade forte, político hábil, inicia nova fase com características próprias, mas respeitando o que até o momento se fazia. Organizou reuniões com as comunidades residentes ou interessadas nos núcleos históricos, propondo maior dinamismo e participação das mesmas no problema da preservação e da revitalização desses núcleos. Essas reuniões foram organizadas em Ouro Preto, Diamantina, Parati, Cachoeira, Salvador, São Luís, São Cristóvão, Penedo, Laranjeiras e Goiás, durante as quais as comunidades e as instituições das municipalidades tiveram uma atuação direta e decisiva. Com o falecimento inesperado e prematuro de Aloisio, substituiu-o Marcos Vilaça e, em seguida, sucessivos dirigentes que, com exceção do período do (des)governo Collor, até hoje, resguardam a fisionomia inicial do órgão, concebida por Mario de Andrade e estruturada culturalmente por Rodrigo M. F. de Andrade e, depois, por Aloisio Magalhães.02.12.97.” Prosseguindo, o Presidente pediu ao Conselheiro Joaquim Falcão para falar sobre o “Sistema de Bens Culturais

Vivos”, apresentado na 142ª Reunião da UNESCO, realizada em outubro de 1993, em atendimento à **Recomendação sobre a preservação da cultura tradicional e popular** aprovada pela Conferência Geral da 25ª Reunião daquele órgão, em 1989. O Conselheiro Joaquim Falcão agradeceu a generosidade das palavras do Presidente na cerimônia da entrega do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade e manifestou a sua alegria em participar, pela primeira vez, de uma reunião do Conselho Consultivo na qualidade de Conselheiro. Louvou a sabedoria de Evandro Lins e Silva, em seu livro *O Salão dos Passos Perdidos*, ao enfatizar o papel dos homens na criação das instituições. Externou seu contentamento por estar ao lado do Conselheiro Modesto Carvalhosa, recordando o encontro que tiveram na época da formulação da nova Lei das Sociedades Anônimas, quando o Conselheiro Carvalhosa adotou uma posição isolada, inquieta, mas sempre muito bem fundamentada. Falou sobre as origens pernambucanas que o vinculam ao Presidente e ao Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Agradeceu aos Conselheiros Italo Campofiorito e Silva Telles a percepção da arquitetura como equilíbrio, ultrapassando o projeto para estender-se ao trato com as pessoas. Reconheceu no Conselheiro Angelo Oswaldo o compromisso com a memória nacional, particularmente a de Ouro Preto, afirmando que esse comprometimento é uma lição para todos. Citou os Conselheiros Carlos Lemos e Suzanna Sampaio, louvando a sua dedicação à causa do patrimônio. Expressou o seu prazer de estar ao lado do Conselheiro Mindlin, salientando as suas qualidades inatas de mecenas. Em seguida, admitiu a possibilidade da existência de condições para a efetivação, no Brasil, de um sistema de bens culturais vivos. Reportou-se à iniciativa pioneira de Mário de Andrade, no seu Anteprojeto, prevendo oito livros destinados ao registro e inventário de diferentes tipos de manifestações populares, idéia retomada por Aloísio Magalhães, Marcos Vilaça e, atualmente, pelo Presidente Glauco Campello. Atribuiu grande importância do papel do Conselho Consultivo na

liderança desse processo, dentro do Ministério da Cultura ou em órgão a ser criado com essa finalidade. Destacando a coincidência da tradição cultural, da recomendação internacional e da oportunidade política, sugeriu ao Presidente a adoção de iniciativas visando sistematizar o patrimônio cultural brasileiro, enquanto bem imaterial, de acordo com o disposto no Art. 216 da Constituição Federal. Mencionou a criação recente, na França, de um sistema denominado *Maître d'art*, aplicável a artesãos detentores de tecnologias excepcionais em extinção. Além do título, recebem apoio financeiro do governo com a finalidade de garantir a transmissão de um saber de importância cultural para o país. Referiu-se ao Japão, à Romênia e às Filipinas, países com sistemas semelhantes. Sugeriu o acautelamento do patrimônio imaterial através de inventário e registro em livro próprio, atribuindo ao IPHAN as condições necessárias à salvaguarda das três vertentes do patrimônio – bens materiais, sítios arqueológicos e bens imateriais. A Conselheira Suzanna Sampaio tomou a palavra para apoiar o Conselheiro Joaquim Falcão, reputando importantíssimo o inventário das atividades folclóricas e do artesanato em cerâmica e em madeira. Discorreu sobre a cerâmica do Vale do Jequitinhonha, o artesanato de barro de Caruaru, o bumba-meu-boi do Maranhão, a cavalhada de Pirenópolis, a procissão do fogaréu de Goiás, as festas do divino e as outras tradições culturais especialíssimas. O Conselheiro Carlos Lemos completou a fala da Conselheira enfocando um patrimônio tangível e comestível, a culinária. O Conselheiro Silva Telles qualificou da maior importância a proposta do Conselheiro Joaquim Falcão, respaldada pela UNESCO, aludindo à existência, em vários países, do selo de qualidade para alimentos e bebidas. Salientou a má qualidade de grande parte das cachaças brasileiras e a excelência das cachaças anônimas, do interior, merecedoras da citada distinção. Afirmou ser indispensável à preservação de patrimônios imateriais — o futebol, o carnaval e outras manifestações populares — o registro, a documentação, inclusive através das filmagens, e o retorno desse

material à população, para conscientizá-la da sua importância. O Presidente considerou essas intervenções como um chamamento para que os membros do Conselho, na qualidade de consultores, colaborem na sistematização da massa crítica resultante das discussões realizadas no IPHAN nos últimos anos e, com o enfoque rico e diversificado surgido nos recentes debates, fixe de forma definitiva os ritos e critérios para o tratamento da matéria, comunicando o seu propósito de criar um grupo de trabalho com esse objetivo. O Conselheiro Angelo Oswaldo destacou a pertinência da medida, lembrando os esforços desenvolvidos pelo IPHAN nos últimos vinte anos, sem resultados efetivos. Citou a promoção **Objeto Brasil** que recentemente distinguiu o Conselheiro José Mindlin por sua dedicação ao livro, julgando proveitosa a análise dessas iniciativas. O Presidente concordou e pediu ao Conselheiro Angelo Oswaldo para apresentar seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Conjunto Arquitetônico e Urbanístico na Cidade de Icó, CE** – Processo nº 968-T-78 –, transcrito a seguir: “É significativo que a direção e os setores técnicos do IPHAN tenham providenciado a conclusão do processo de tombamento da Cidade de Icó, CE, a fim de que o mesmo possa ser apreciado e decidido na reunião em que o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural comemora os 60 anos da institucionalização deste grande serviço cultural. IPHAN e Conselho completam seis décadas, no aniversário do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937, através do qual, já no ano de 1938, foram tombados os primeiros conjuntos urbanísticos e arquitetônicos do Brasil, a começar pela cidade do Serro, antiga Vila do Príncipe, no velho Distrito Diamantino de Minas Gerais. É significativo porque, criada em 1736 por Dom João V, assim como o Serro e as principais vilas fundadoras da Capitania mineira, Icó talvez seja a última dessas vilas reais que balizaram a interiorização do Brasil a chegar às portas do século XXI da mesma forma como se encontravam, antes do meado de nosso século, suas congêneres já tornadas patrimônio do povo brasileiro, isto é, com uma

34000
080

integridade quase encantada. A cidade cearense praticamente estava a exigir o tombamento federal. A autenticidade, a originalidade e a homogeneidade de seu conjunto nos remetem aos primórdios do Patrimônio, àquele princípio heróico dirigido com lucidez e coragem por Rodrigo Melo Franco de Andrade, pois estou certo de que praticamos agora um ato semelhante aos que inscreveram nos livros de tombo as cidades que começam a configurar esse esplêndido acervo urbano que hoje se acha classificado no País. Cabe perguntar por que então, só agora, decorrido tanto tempo, encontra bom termo o processo de tombamento de Icó? Há quase um quarto de século a questão de Icó foi levantada no IPHAN. Já em 25 de outubro de 1974, o arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles assinava um parecer favorável ao tombamento não só de Icó, como ainda de Aracati, destacando a integridade de seus conjuntos dos séculos XVIII e XIX. A iniciativa parecia ligada ao I Seminário de Estudo sobre o Nordeste - Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, realizado em Salvador, BA, poucos dias depois, em novembro de 1974, no qual se esboçavam planos que previam recursos, obras e medidas protetoras como o tombamento em foco. Em 1976, o arquiteto José Liberal de Castro pedia ao diretor do IPHAN, Renato Soeiro, o tombamento do Teatro Municipal de Icó, interessante prédio neoclássico, projeto do médico francês Pedro Theberge, levando a consultora Lygia Martins Costa a se pronunciar no sentido de que tal medida aguardasse o tombamento prévio do conjunto urbano, que seria proposto pelo arquiteto Silva Telles. A documentação seguinte, constante do processo, é datada de 1996, ou seja, a matéria permaneceu arquivada durante vinte anos. Foi em outubro do ano passado que voltaram a andar os processos referentes ao tombamento de Icó e Aracati, passando então a merecer a atenção tanto da direção central do IPHAN quanto da 4ª Coordenação Regional, no Estado do Ceará, sob a direção da arquiteta Márcia Sant'Anna, que estará presente na reunião para celebrar conosco o coroamento desse empenho, assim como o ex-diretor Domingos Linheiro, a quem saúdo como dedicado

preservador do Patrimônio cultural do Ceará. Em um ano, todas as providências necessárias, em termos de documentação, levantamentos e comunicações, foram concretizadas. Resgatou-se, assim, o parecer do arquiteto Silva Telles, pois o que ele disse em 1974 felizmente, como por milagre, permanece válido para a cidade do sertão cearense. Num tempo em que as áreas urbanas são violentadas e velozmente descaracterizadas, Icó soube guardar a sua atmosfera de encantamento, balizada por primorosas construções e pela graça do conjunto urbano, numa região em que se cruzam os caminhos sertanejos do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. É importante que, finalmente realizado, o tombamento se torne um instrumento convincente e eficiente para que programas públicos, privados e comunitários possam valorizar ainda mais a cidade de Icó, de modo a conservá-la como um marco fundamental da cultura de seu povo, do Ceará, do Nordeste e do Brasil. Belo Horizonte, 25 de novembro de 1997.” Colocadas em votação, a proposta de tombamento e a delimitação do entorno do conjunto foram aprovadas por unanimidade, havendo o Presidente externado a sua alegria pelo primeiro tombamento de uma cidade do sertão nordestino. O Conselheiro Silva Telles associou-se à satisfação do Presidente, recordando a visita que fez àquela cidade em companhia do arquiteto Liberal de Castro, quando ficou encantado com a sua arquitetura e com os seus espaços, sentimento renovado em Aracati. Propôs, também, o exame da situação de São Gonçalo do Amarante e de Oeiras, primeira capital do Piauí e, como Icó, entrada do grande sertão árido, caracterizada por monumentos notabilíssimos e espaços públicos da maior qualidade. O Presidente acolheu a sugestão do Conselheiro Silva Telles e informou estarem avançados os estudos visando o tombamento de Sobral e Aracati. Prosseguindo, pediu ao Conselheiro Carlos Lemos para apresentar o seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Teatro Municipal de São Paulo, SP** – Processo nº 1.349-T-95 –, transcrito a seguir: “A inserção do tombamento e preservação do Teatro Municipal de São Paulo, no âmbito das

atribuições do IPHAN, é uma providência que sugere algumas considerações que vão além das análises histórica, arquitetônica técnico-construtiva ou sócio-econômica atinentes àquela construção em vias de se transformar em monumento nacional. Os textos constantes nesse processo de autoria da arquiteta Cecília Rodrigues dos Santos, da museóloga Gláucia Cortes Abreu e do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, com a sua clareza e pertinência, esgotam o assunto relativo aos méritos e características do edifício em questão, de sorte que estamos perfeitamente respaldados por análises mais que percucientes e outros comentários nossos a respeito seriam redundantes. Também é adequada, no entanto, uma reflexão sobre o que representa aquele teatro e sua área envoltória para a cidade. Quando as obras do teatro foram iniciadas, em meados de 1903, a cidade acabara de ter, em meia dúzia de anos, triplicada a sua população. O conseqüente adensamento demográfico, além de substituir toda a arquitetura de taipa dos tempos da Colônia e Império, provocou significativo crescimento da malha urbana destinada às áreas residenciais, tanto aquelas além de Santa Efigênia como as demais à volta das novas fábricas da indústria nascente ao longo das estradas de ferro, sobretudo no Brás. População cosmopolita, com novos usos e costumes bem diferentes daqueles anteriores ao café instalado há 50 anos de Jundiá para o norte. Estrangeiros e paulistas se irmanaram no processo de renovação da cidade quando acolheram o Ecletismo como a marca da modernidade. O outeiro do sítio original, simbolizado pelo célebre Triângulo, nos primeiros anos da República, já estava com todas as construções antigas de taipa substituídas pelos novos edifícios ecléticos de tijolos. Não existe estatística a respeito, mas, pessoalmente, temos a impressão de que a nova área construída tenha quadruplicado a anterior vinda dos tempos do Império. O novo processo civilizatório deflagrado pelo dinheiro do café justificara a construção de imponentes estabelecimentos comerciais, sobretudo edifícios bancários e, de modo especial, soberbos palacetes. Poucos edifícios oficiais, como a Escola

Normal da Praça. O grande e poderoso escritório de Ramos de Azevedo comandava essa renovação arquitetônica e muita gente já louvava as belas visuais urbanas que, às vezes, lembravam perspectivas européias. E o que estava fazendo falta na passagem do século era um grande teatro de óperas, carência diariamente constatada tanto pelos fazendeiros sempre saudosos de Paris, a sua capital anualmente revisitada nas entresafas, como pela população imigrada, com igual número de vozes a reclamar. Tanto progresso e tantas expectativas de ordem cultural, no entanto, não chegaram a comover o Governo ou a Câmara quanto à necessidade de renovação da trama viária e todo o traçado urbano colonial ainda estava intocado no sítio histórico. Cidade sem grandes praças e longas perspectivas. E quando o prefeito Antônio Prado decidiu firmemente pela construção do teatro da municipalidade, surgiu a pergunta: levantá-lo onde? Todos queriam-no central e certamente nessa decisão deve ter havido disputas entre os poucos detentores de propriedades bem situadas. O fato é que a gleba escolhida para receber o novo edifício de espetáculos foi uma porção de terreno na cabeceira do Viaduto do Chá, onde funcionava uma serraria a vapor e onde um dos grandes proprietários da cidade, Proost Rodovalho, estava construindo um hotel. O teatro ficaria de frente para a Rua de Barão de Itapetininga e sua fachada esquerda voltada para vasto terreno baldio com alinhamento na Rua Formosa. Não se pensou na Praça da República, no Largo do Arouche, na Luz ou em qualquer lugar da Liberdade. O novo teatro haveria de ficar num terreno lançante com mais da metade de sua testada ocupada pela lateral do Viaduto do Chá. Não é a hora de discutirmos as causas dessa escolha de difícil explicação, constatemos, no entanto, um divórcio entre as expectativas populares e o planejamento urbano, se é que ele havia. Depois da inauguração do Teatro Municipal, em 1911, foram cogitados os 'planos das grandes avenidas' e deles resultou a intervenção inspirada em Bouvard e para a satisfação de um grande proprietário, o Conde de Prates, procedeu-se à urbanização do Vale do

Anhangabaú naquele trecho que tinha o Viaduto como eixo de simetria. Nessa hora, o Teatro ganhou um belo jardim em seu flanco esquerdo unido ao Vale urbanizado e passou a olhar de frente os prédios que Samuel das Neves fez para o conde. Esse cenário foi motivo de centenas de cartões postais. Até que, enfim, São Paulo ganhara a possibilidade de ser comparada às grandes cidades civilizadas. Sujeita à sua vocação autofágica alimentada, sobretudo, pela especulação imobiliária sob o olhar complacente do Governo interessadamente inoperante nas questões urbanísticas, a cidade possuída pelo furor renovatório guarda daquela organização espacial duramente discutida somente registros fotográficos. Quarenta anos depois daquelas reformas, tudo foi substituído, o Viaduto, o parque transformado em via expressa fazendo a ligação norte-sul, os prédios franceses do conde demolidos para dar lugar a arranha-céus. Sobrou, no entanto, o Teatro Municipal com o seu jardim lateral, última testemunha do agenciamento civilizado do início do século. Por isso, julgamos sábia a decisão de se tombar a área envoltória com limites no alinhamento da Rua Formosa, pelo menos um trecho da São Paulo de 1912 estará preservado pelo poder federal. Esse regozijo tem razão de ser porque um mais alto poder se levantará na hora em que os políticos populistas de plantão cismarem de transformar o jardim em garagem coletiva acolhendo na laje de cobertura um grande camelódromo. Por isso tudo e com base nos doutos pareceres técnicos nesse processo, somos a favor do tombamento do Teatro Municipal de São Paulo. São Paulo, 16 de novembro de 1997.” Colocado em discussão, o Conselheiro José Mindlin apoiou o parecer do Relator, classificando a medida imperativa para a preservação dos belos monumentos ainda subsistentes em São Paulo. Também favorável posicionou-se a Conselheira Suzanna Sampaio, lamentando, como paulista, a perda gradativa do patrimônio da cidade. Recomendou, também, o atendimento do parecer da Procuradoria Jurídica do IPHAN para, futuramente, estender-se o tombamento ao patrimônio móvel do Teatro, aconselhando consulta ao Departamento do

Patrimônio Histórico da Cidade de São Paulo. O Presidente, após destacar a colaboração que tem recebido da Coordenadora Cecília Rodrigues, particularmente suas informações técnicas referentes ao ecletismo, consultou o Relator, que reafirmou a sua recomendação de tombamento do edifício, com seus bens integrados, e do seu jardim lateral, ficando para uma segunda etapa o acautelamento dos bens móveis: mobiliário, vestuários e arquivo do Teatro. Colocados em votação, e não havendo manifestação contrária, o tombamento do Teatro Municipal de São Paulo, de acordo com a posição do Conselheiro Carlos Lemos, e a delimitação do seu entorno foram aprovados por unanimidade. O Presidente passou a palavra ao Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque para apresentar o seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Engenho Central São Pedro**, situado em Pindaré-Mirim, MA – Processo nº 1.202-T-86 –, transcrito a seguir: “Atente-se para as seguintes citações, retiradas do Processo, em epígrafe, de tombamento do prédio do Engenho Central São Pedro, em Pindaré-Mirim, Maranhão: A província do Maranhão não pode deixar de ser agrícola; ou a agricultura ou nada; a vida com ela ou a morte sem ela,... (Martinus Hoyer e Moreira da Silva, em *O País*, São Luís, 1879). [...] Para tirar esta província do estado em que se encontra, para salvar o Maranhão, só vemos dois meios: a oferta de capitais, a juro módico e prazos longos, e a introdução de grandes melhoramentos na lavoura. (Idem). [...] Está na consciência de todos que a cultura da cana e o fabrico do açúcar não terão na província o desejado desenvolvimento mantida a rotina, e conservados os processos atualmente empregados, (*O País*, 1879). [...] A primeira medida [...] consiste em separar o plantio e a cultura da cana do fabrico do açúcar. A aplicação entre nós do fecundo princípio da divisão de trabalho há de dar, sem dúvida, os benéficos resultados que deu e continua a dar no Egito, em Java, na Martinica e em Cuba. (Idem). [...] Realizam as fábricas centrais esta imensa vantagem: dividem e simplificam o trabalho; deixam ao lavrador a cultura da cana e confiam a mãos mais hábeis a fabricação do açúcar por meio de aparelhos convenientes. (Idem). [...] um palácio ao gosto suíço, de tijolos artisticamente sobrepostos, em cuja frente ergue-se uma chaminé de 150 palmos ou 100 pés ingleses, vomitando dia e noite uma coluna espessa de fumaça, que se desenrola em milhares de

formas numa altura prodigiosa. / Dentro... / Oh! Dentro é que são elas!... / Quando se transpõe o portão lateral da esquerda, depois de haver passado sobre uma rede de trilhos de ferro em todas as direções, a gente estaca involuntariamente diante daquela gigantesca floresta de diferentes metais, que se movem com uma cadência digna da batuta de um maestro.... / Aquilo não é máquina; aquilo é / um gigante de mil pernas / com as juntas todas de aço, / tendo por olhos – luzernas, / por alimento – bagaço. / Nas amplidões do espaço / o fumo tudo escurece, / o próprio sol esmorece / em vista dessa fumaça, que diz ao homem que passa: / aqui a vida floresce. (Euclides Faria, *O País* (?), 1884). Dá para sentir, senhor presidente, senhores conselheiros, através desses poucos testemunhos da época – hoje percebidos como um tanto ingênuos e com pendores sebastianistas, mas tão ao gosto de um final de século XIX ainda romântico em sua desmedida exaltação dos progressos da civilização – com que convicção e esperança se justificou e se saudou o único engenho central de açúcar que foi construído e chegou a funcionar no Estado do Maranhão. Trata-se do Engenho Central São Pedro, pertencente à Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inaugurado em 1884, em Pindaré-Mirim. Seu edifício, sua chaminé contígua, a delimitação de sua área de entorno, são objeto deste processo de tombamento. O Maranhão poderia ser situado, na história da agroindústria do açúcar no Brasil, como um contumaz retardatário. Até inícios do século passado, era um importador de açúcar e cachaça, cuja produção somente ali teve impulso após 1808, com a abertura comercial patrocinada pela migrante Coroa Portuguesa. Seu período de maior brilho só viria a ocorrer no último quartel do século XIX, quando aquela província teve muitos engenhos, em plena carga, e a gerar volumoso excedente produtivo que exportava para o Pará, o Ceará, a própria Inglaterra. Mas isto ocorreu justamente quando a obsolescência dos velhos engenhos a vapor já avançava inexoravelmente no país. É, pois, compreensível que os engenhos centrais, mais modernos, introduzindo, no ciclo produtivo, clivagem entre a produção da cana e seu beneficiamento industrial, tenham passado a ser vistos naquela província como a solução salvadora. Dessa esperança nasceu, em 1879, a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão,

estimulada pela Lei nº 2.687, de 1875, que autorizava garantia de juros, de até 7%, aos capitais empregados no estabelecimento de engenhos centrais. E o Engenho Central São Pedro, de Pindaré-Mirim, o projeto a que ela se destinara, entrou em funcionamento cinco anos mais tarde, em 1884. A breve história desse singular empreendimento, contudo, foi atormentada. A divisão de trabalho entre a lavoura da cana e a produção do açúcar foi, desde o início, conflituosa. Sua produtividade industrial, abaixo do esperado. Sua rentabilidade, insuficiente para saldar os elevados serviços da dívida contraída. A garantia dos juros, solicitada, tardou demasiado. A crise decorrente se arrastou por alguns anos, consumando-se já no início deste século, com o leilão, promovido pelos bancos credores, de toda a maquinaria do engenho. Restou, vazio, às margens do Pindaré, o imponente edifício. A sinalizá-lo no grande vale, sua chaminé, majestosa mas de fogo morto. 'É de sentir, e muitíssimo, que se deixasse fenecer empresa de tamanho arcaboço'. Assim se pronunciou o coronel Fabrício de Oliveira, o gestor do infelicitado negócio, em relatório à diretoria da Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, apresentado em 1904. Lavrando o definitivo epitáfio do empreendimento. Por essa época, a grande maioria dos engenhos centrais do país já havia se transformado em usinas de açúcar... O processo em exame está exemplarmente documentado. Os dois competentes estudos básicos que ele contém – o da historiadora Kátia Bogéa, da 3ª CR/IPHAN, e o do historiador Adler Homero Fonseca de Castro, do DEPROT/IPHAN – não deixam dúvidas quanto ao mérito da solicitação de tombamento, pela União, do referido imóvel. Com efeito, o prédio do Engenho Central São Pedro, a despeito de bastante deteriorado, é a mais expressiva reminiscência dos engenhos centrais brasileiros (o de um outro engenho, que também não chegou a transformar-se em usina, o Engenho Central de Bracuí, em Angra dos Reis, RJ, encontra-se praticamente em ruínas). Ele documenta uma importante fase da transição, tecnicamente modernizadora, da agroindústria do açúcar no país, vivida no século passado –

aliás escassamente representada no patrimônio nacional atualmente tombado. Se sua expressão arquitetônica é pouco significativa, seu valor histórico é, pois, altamente relevante, especialmente se considerada a história econômica da mais importante atividade produtiva do país nos tempos coloniais, a agroindústria do açúcar, de tão decisiva influência na formação nacional. Senhor presidente, senhores conselheiros. Meu parecer é, portanto, pelo tombamento, pela União, do prédio do Engenho Central São Pedro, onde funcionou a Companhia Progresso Agrícola do Maranhão, inclusive a contígua chaminé. E também manifesto meu acordo com a delimitação da área tombada e da área de entorno, conforme a proposta constante do Parecer Deprot/Iphan/RJ/Nº 048/97, incluso nos autos do Processo em exame. Adicionalmente, tendo em vista o estado de deterioração do referido imóvel, quero propor que este Conselho recomende ao IPHAN que estimule sua restauração e conservação, em especial sua destinação a atividades mais adequadas do que as que ele atualmente abriga (uma fábrica de peças sanitárias utilizadas pela Fundação Nacional da Saúde). Tratando-se de prédio doado ao Estado do Maranhão, além de já tombado por aquele Governo, já há, para o local, projeto de centro cultural e sede da Secretaria de Cultura, Esporte e Lazer de Pindaré-Mirim (população: 31 mil; população urbana: 19 mil, dados de 1996). O projeto, contudo, não saiu do papel. Seria muito bom que se buscasse implementá-lo. É como submeto o assunto à apreciação deste Conselho. Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1997". O Conselheiro Modesto Carvalhosa, após reconhecer a importância do bem, lamentou a deterioração estrutural da edificação e a ocupação desordenada do entorno, evidenciadas pelas fotografias incluídas no processo. Opinou que o tombamento, quando não impede o abandono e a destruição do patrimônio, desmoraliza a Instituição. Considerou fundamental a recomendação do Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque, aconselhando a sua aplicação em caráter permanente. Sugeriu que, ao tomar um patrimônio degradado, o IPHAN adote medidas para auxiliar o

proprietário a usufruir os benefícios da Lei Rouanet e para orientá-lo na sua destinação adequada, visando incentivar um movimento cultural na região onde se localiza. O Conselheiro Silva Telles levantou a hipótese do tombamento provisório até que o Estado do Maranhão, proprietário do bem, assumisse a responsabilidade de restaurá-lo e definisse a sua utilização, quando tornar-se-ia definitivo. O Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque questionou a eficácia dessa providência e reafirmou, do ponto de vista da história econômica do país, a relevância do bem, único engenho central ainda em condições de fixar um aspecto do ciclo evolutivo da transformação industrial do país no século XIX: a curta fase dos engenhos centrais. Manteve a sua posição favorável ao tombamento definitivo do Engenho Central São Pedro e ao empreendimento de esforços para restaurá-lo e dar-lhe o uso mais adequado através de entendimentos com o Governo do Estado e, eventualmente, com empresas sediadas no Maranhão. O Presidente, considerando o envolvimento do IPHAN nas medidas sugeridas, participou da discussão reconhecendo a indiscutível importância nacional atribuída pelo Conselheiro Roberto Cavalcanti ao patrimônio em questão e a necessidade de serem encontradas soluções inovadoras para o problema da preservação de bens tombados, e propôs uma parceria com o Conselho para a criação das condições indispensáveis a este tipo de proteção. Em seguida, colocou em votação o tombamento do imóvel e a delimitação do seu entorno, aprovados por unanimidade. Concedeu, então, a palavra ao Conselheiro Italo Campofiorito para apresentar seu parecer sobre a proposta de tombamento do **Pavilhão Luís Nunes, antigo pavilhão de verificação de óbitos da Escola de Medicina do Recife, PE, — Processo nº 1.206-T-86 —**, transcrito a seguir: “Senhores Conselheiros. Atendendo ao encaminhamento determinado pelo presidente deste Instituto, apresento o meu parecer, no que se refere à solicitação de tombamento do imóvel denominado Pavilhão Luís Nunes, antes pavilhão de verificação de óbitos, depois biblioteca do Colégio Militar e, hoje sede do

Instituto de Arquitetos **IAB-PE**, situado na Rua Jener de Souza nº 130, Bairro do Derby no Recife, Estado de Pernambuco. Trata-se de edificação de concepção arquitetônica moderna, datada de 1937 e por isso, justamente, considerada precursora, de vez que a sua construção é contemporânea mas a inauguração é anterior à do Ministério da Educação e Saúde, hoje Palácio Gustavo Capanema. Sua autoria é sempre atribuída ao arquiteto Luís Carlos Nunes de Souza (1902-1934), ou Luís Nunes, como se chama o Pavilhão; às vezes diz-se que foi projetada por Fernando Saturnino de Brito, nascido em 1914 e técnico integrante da equipe do DAU (Diretoria de Arquitetura e Urbanismo, 1935-37) sucessor do DAC (Diretoria de Arquitetura e Construções, 1935) da Secretaria de Viação e Obras Públicas do Governo do Estado de Pernambuco, quando chefiava o Poder Executivo o Interventor Carlos de Lima Cavalcanti. Era uma época de modernização do país e os outros nomes ligados ao DAC-DAU - Joaquim Cardozo, Roberto Burle Marx, Ayrton Carvalho, Antonio Baltar - são testemunhas inesquecíveis. No Governo do Estado, basta lembrar o cientista Paulo Carneiro na pasta da saúde, para perceber a abertura intelectual reinante. O **progressismo** dos arquitetos, engenheiros, artistas e paisagistas envolvidos no processo em pauta ainda é acentuado, além dos respectivos e notórios méritos pessoais, pela perseguição que sofreram na ocasião da insurreição comunista de 1935, pela volta - do DAC ao DAU - de Luís Nunes ao comando da equipe e pelo desfazimento do grupo, com o golpe do Estado Novo, em 1937. Mais do que tudo isso, entretanto, é o valor artístico e político-social dessa produção precoce do Recife - Escola Rural Alberto Torres, Leprosário de Mirueira, Hospital da Polícia Militar, postos policiais em três lugares e nove açougues, entre outros não citados no processo - é esse valor, agora acrescido de lastro histórico, que conta para o tombamento do Pavilhão Luís Nunes, de co-autoria do titular e de Fernando Saturnino de Brito, - esses projetos de equipe não precisam de ser atribuídos a um só autor. A solicitação de tombamento pela União vem no ofício inicial

datado de junho de 1986, quando o imóvel já fora tombado em nível estadual porque o IAB-PE, que dele fez sede, desejou o seu tombamento. Onze anos depois, recebemos informações mais do que suficientes para apreciá-lo. Bastaria olhar as fotos, lembrar as vagas, quase míticas, referências que acompanharam meus 40 anos de formado em arquitetura e examinar os textos que vem de Pernambuco, o parecer de José Pessoa e as considerações finais de Cláudia M. Girão Barroso, Chefe da Divisão de Proteção Legal e, mais, o parecer jurídico aprovado pela douta Procuradora Chefe do IPHAN, bastaria, repito, esse instrutivo percurso para trazer-lhes uma opinião favorável ao tombamento. Concordo com José Pessoa e suas razões, de ordem artística, ou plástica e de ordem histórica, para reconhecer valor precoce, precursor, no uso da estrutura de concreto armado, de forma a deixar independentes, livres, as vedações maciças; na cobertura plana, nas janelas corridas, ou *rasgadas* (a caracterizar o nosso modernismo até depois dos edifícios de habitação conjunta, nas superquadras 107 e 108 sul, por ex., iniciais de Brasília); no jogo plástico entre o reto e o curvo nos andares térreos, no primeiro e no segundo pavimento. Trata-se de obra que mereceu ser mostrada em *Brazil Builds* (MOMA, 1943, Nova York), citada por Mindlin (*História da Arquitetura Moderna no Brasil*, 1956) e por Yves Bruand em sua História mais recente. Merece também e sobretudo os elogios que recebe do poeta engenheiro calculista Joaquim Cardozo em 'Dois Episódios da História da Arquitetura Moderna Brasileira', publicado em 1956 pela revista *Módulo* nº 4, no Rio de Janeiro. De meu, tenho duas coisas a dizer: uma, que foi justamente esse ser citado por Mindlin como arquitetura moderna no Brasil e, no mesmo ano, promovido a arquitetura moderna brasileira pelo poeta calculista que, a meus olhos, emparelha o jovem trabalho do DAC-DAU Pernambucano com a realização, - esta desbragadamente livre e entregue à própria beleza - da Pampulha de Oscar Niemeyer (objeto da parte final de 'Dois Episódios...' de Cardozo), foi esse ser moderno e brasileiro a um tempo que fixou o prestígio

histórico do conjunto do Recife, através de tantos anos. Permito-me aqui voltar a José Pessoa e aos espaços internos do pavilhão que ele vê claros, engenhosos e livres. Congratulo-me francamente com o IAB-PE que ali trabalha, porque a mim me deram saudade – de Le Corbusier e de Oscar, principalmente. Lembrei-me de leitura recentíssima, quando vi o grande arquiteto holandês Gerrit Ritveld no catálogo da Bienal de São Paulo ainda aberta, a livrar-se (em 1932) do desastroso rótulo de funcionalista: O funcionalismo não deve ser um empobrecimento, uma austeridade, uma recusa do atraente e do agradável. Às vezes, o funcional é uma espécie de higiene espacial. Pois eu creio que dessa qualidade moderna de vida é dotado o nosso Pavilhão. Eliminado o rótulo restrito de funcionalista, eu só tenho outra opinião, estritamente pessoal, que posso expor, mas entre parênteses, já que não será necessariamente objeto de deliberação na reunião de hoje. (O Pavilhão Luís Nunes, com efeito, chega a esse Conselho porque é obra de valor artístico e histórico, mas não vejo no processo que esteja vindo a nós por ser o melhor da arquitetura que exemplifica. Eu prefiro a Torre da Caixa-d'Água de Olinda, tal como foi vista em *Brazil Builds* por Philip Goodwin, integrando o centro histórico da cidade, hoje tombada. Penso que não adianta mais achar bela a Caixa-d'Água - eu acho belíssima! E achar bela a Sé de Olinda e toda Olinda. 60 anos de convivência deveriam levar o IPHAN a aceitar a vizinhança e pensar como Lúcio Costa em Ouro Preto, a boa arquitetura de um determinado período vai sempre bem com a arquitetura de qualquer período anterior - o que não combina com coisa nenhuma é a falta de Arquitetura. Seguindo minha opinião entre parênteses: vou, como cidadão, pedir ao IPHAN que tombe a Caixa-d'Água de Luís Nunes e Saturnino de Brito). Mas peço desculpas pela digressão. Concordo também com o DEPROT, quando Cláudia Girão Barroso recomenda que se restitua ao imóvel o azul que mostrava originalmente. Nem preciso lembrar as casas coloridas pelo sabor popular que vão em procissão até o Convento de Santo Antônio do Igarau. Ou as cores que viu Vauthier nas casas de residência do Recife de então; ou as

cores que Gilberto Freyre defende como nossas, dos negros e dos índios, em *Sobrados e Mucambos*, naqueles modernos anos 30. Incluo o azul no meu voto favorável ao tombamento do Pavilhão Luís Nunes, na rua Jener de Souza - bairro do Derby, no Recife. E, ainda, para finalizar, quero referir-me ao uso que ficou definitivo em nossa época, do que eu sempre chamei **combogós**, mas que a geração mais moça chama **cobogós**, no processo. Que o meu Aurélio de 1975 ignorava, mas o atual chama indiferentemente **co** ou **combogós**. Que *Brazil Builds* no texto de Paulo Duarte, e exatamente a propósito do Pavilhão e da Caixa-d'Água, grafa **cambogê**. Quem sabe, se hoje, entre Silva Telles, Joaquim Falcão e Glauco Campello e os demais sábios do nosso Conselho, podemos pelo menos registrar que, muito longe das raízes africanas que o Dicionário atribui ao substantivo comum, são as sílabas iniciais de **Companhia Borges e Gomes** (como aprendeu a minha geração) ou de **Coimbra Borges e Gomes** que originaram o apelido dado ao elemento de concreto vazado, que juntou-se às gelosias, treliças, muxarabis, às cerâmicas vazadas do Parque Guinle e aos blocos alternados do Centro Técnico de Aeronáutica de Oscar Niemeyer, para ganhar de Lúcio Costa o nome geral de **claustra**? Agora termino: completando o meu parecer acompanho a delimitação proposta por José Pessoa e aprovada pelo DEPROT para o entorno do bem, se for tombado: '- o perímetro parte do cruzamento do eixo da rua Jener de Souza com a rua Henrique Dias (ponto 1), prosseguindo pelo eixo da rua Henrique Dias em direção ao rio Capibaribe até encontrar-se com a margem esquerda do rio (ponto 2), prosseguindo pela margem esquerda do rio em direção a rua Amaury de Medeiros até encontrar o eixo desta rua (ponto 3), prosseguindo pelo eixo da rua Amaury de Medeiros em direção oposta ao rio até encontrar o cruzamento com o eixo da rua Jener de Souza (ponto 4), prosseguindo daí pelo eixo da rua Jener de Souza até encontrar o ponto 1.' É o meu parecer. Rio, 1 de dezembro de 1997." Iniciados os debates, o Conselheiro Joaquim Falcão, examinando o processo, leu o seguinte trecho do

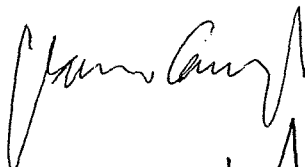
Ofício nº 66/86/P, do arquiteto Ayrton Carvalho, então titular da 4ª Diretoria Regional: 'Na verdade, embora o Pavilhão seja um excelente exemplar de arquitetura funcional, o primeiro prédio de tal tipo aparecido nesta cidade, a nosso ver não se justifica o tombamento, em nível nacional. Certamente, outros exemplares de arquitetura funcional apareceram, na época, em outros Estados, donde nos parece não se justificar o tombamento naquele nível, já que, também, no nível Estadual já é tombado.' O Conselheiro Italo Campofiorito considerou esse parecer como expressão do pensamento do IPHAN naquele tempo e da reserva do seu autor, membro da equipe responsável pelo projeto. Lembrou a posição de Lúcio Costa, exposta em carta ao Governador José Aparecido de Oliveira, julgando inoportuno o pedido de inscrição de Brasília na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, antes da apreciação de Chandigarh. Classificou essa atitude como um gesto de amor e reverência de um discípulo ao seu mestre. A infundada suposição do surgimento de prédios semelhantes em outros locais, na mesma época, foi atribuída pelo Relator à conhecida modéstia do arquiteto, pois, além do Ministério de Educação, ainda indefinido, e do prédio da ABI, o fato ocorria apenas no Recife, onde, para açougues, delegacias, hospitais e leprosários foi utilizado um vocabulário comparado a Pessac, às obras de Le Corbusier nos anos 20. No seu entendimento, aquelas edificações tinham o encanto, o charme e um toque de beleza representativos do início da arquitetura brasileira moderna, ultrapassando o caráter da funcionalidade e do racionalismo. Reconheceu no prédio, modesto e simples, um valor histórico que os contemporâneos não puderam vislumbrar, valor para a história da arquitetura e não para a história da medicina. O Conselheiro Modesto Carvalhosa confessou não haver encontrado elementos justificativos para a medida em nível nacional, desculpando-se com o Conselheiro Italo Campofiorito por julgar suficiente o tombamento estadual. O Relator citou, entre as finalidades do Conselho Consultivo, a possibilidade desse tipo de contraposição, permitindo que certos

entusiasmos se amainem e certas modéstias se afastem. O Conselheiro Carlos Lemos, adiantando a sua posição contrária ao tombamento da obra de um arquiteto urbano apenas por seu pioneirismo, recomendou um estudo mais aprofundado da obra de Luís Nunes, na hipótese de pretender-se glorificá-lo como arquiteto do Recife. Concluiu, apontando a Caixa-d'Água, verdadeira peça de arte, para um tombamento naquele local. O Conselheiro Joaquim Falcão, apesar de reconhecer o rigor ético do arquiteto Ayrton Carvalho, alegou a insuficiência de elementos no processo para o reconhecimento de um pioneirismo nacional. O Conselheiro Italo Campofiorito, após observar o caráter subjetivo da atribuição de importância nacional, complementou seus informes sobre a trajetória de Luís Nunes, citando o seu nascimento no Rio de Janeiro, o curso realizado na Escola de Belas Artes, onde desenvolveu estudos sobre Gropius, Mies van der Rohe e Le Corbusier, e participou da defesa da direção de Lúcio Costa, e a ida para o Recife, em 1935, levando os conhecimentos adquiridos. Acresceu à denominação de pioneiro a de precursor, repetindo o termo usado por Lúcio Costa na resposta a Geraldo Ferraz. Reiterou a importância do surgimento de obra brasileira reconhecida por sua qualidade e manifestou a intenção de envolver Luís Nunes em um caldo de cultura nacional, admitindo a impossibilidade de ser mais objetivo, porque os critérios de valor são subjetivos, fazem parte do chamado **direito difuso**. O Conselheiro Silva Telles pediu a atenção dos Conselheiros para o fato da obra ter sido iniciada e finalizada durante edificação do prédio do Ministério da Educação e Saúde e ser anterior ao prédio da ABI. Qualificou o pavilhão como pioneiro da arquitetura contemporânea do Brasil, reputando válido o seu tombamento. O Conselheiro Joaquim Falcão, atribuindo ao parecer do arquiteto Ayrton Carvalho a sua posição, reconheceu nos argumentos do Relator a supremacia da relevância histórica sobre a arquitetônica e sugeriu a complementação do processo para possibilitar, de forma comparativa, a avaliação do pioneirismo na história da arquitetura brasileira. O

Conselheiro Italo Campofiorito lamentou não haver incluído no seu parecer as quatro colunas do artigo em que Joaquim Cardozo elogia as qualidades arquitetônicas do Pavilhão, a opinião de Yves Bruand que, como Joaquim Cardozo, considera o Pavilhão o melhor prédio de todo o conjunto, em detrimento da Caixa-d'Água. Aludiu ainda ao destaque conferido à sua qualidade arquitetônica por Henrique E. Mindlin, em seu livro *Modern Architecture in Brasil*. O Conselheiro Joaquim Falcão negou qualquer intenção de crítica ao parecer do Relator e reafirmou a inexistência de posição contrária, mas o desejo da fixação de critérios para uma decisão final, sendo apoiado pelo Conselheiro Modesto Carvalhosa. O Conselheiro Angelo Oswaldo desejou registrar o seu entendimento de que a inclusão da proposta de tombamento do imóvel na pauta daquela reunião se devia ao fato de ter sido construído no ano de criação do IPHAN, além do seu valor intrínseco: figurar na arquitetura brasileira contemporânea como a primeira obra com caráter nacional, arquitetura brasileira com hífen, arquitetura brasileira hifenada, portanto duplamente comemorativa. O Presidente destacou a importância do bem em questão – uma construção modernista projetada em 1936 e realizada em 1937, de extraordinários frescor e qualidade artística, uma flor, semente das obras excepcionais que constituem o nosso orgulho como participantes do movimento modernista internacional, possuindo a nossa própria maneira de fazer, a nossa própria abordagem e integrando a família da grande invenção brasileira deste século, cuja figura proeminente é Oscar Niemeyer. Fundamentado em inúmeros precedentes de processos analisados pelo Conselho em circunstâncias semelhantes, deu início à votação oferecendo as seguintes alternativas: favorável, contrário, em diligência. Manifestaram-se pela colocação do processo em diligência os Conselheiros Carlos Lemos, Joaquim Falcão, Modesto Carvalhosa e Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Votaram a favor da medida os Conselheiros Angelo Oswaldo, Italo Campofiorito, Silva Telles e Suzanna Sampaio e o Presidente Glauco Campello,

que emitiu o voto de Minerva, ficando aprovados o tombamento do Pavilhão Luís Nunes e a delimitação de seu entorno. Agradecendo a presença dos Conselheiros, o Presidente encerrou a sessão, da qual eu, Anna Maria Serpa Barroso, lavrei a presente ata, que assino com o Presidente e os demais membros do Conselho.

Glauco Campello

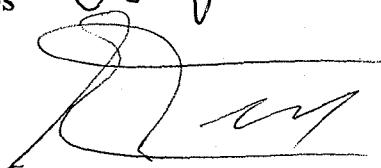


Anna Maria Serpa Barroso
Anna Maria Serpa Barroso

Angelo Oswaldo de Araújo Santos



Augusto Carlos da Silva Telles



Carlos Alberto Cerqueira Lemos



Italo Campofiorito

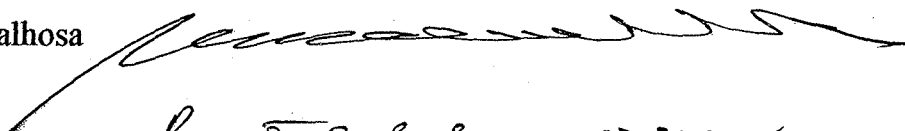


Joaquim de Arruda Falcão Neto



José Ephim Mindlin

Modesto Souza Barros Carvalhosa



Roberto Cavalcanti de Albuquerque



Suzanna do Amaral Cruz Sampaio

